

Artigo

Repercussões do fenômeno religioso nas políticas educacionais: diálogos iniciais

*Douglas Franco Bortone**

*Juliana de Paula Iennaco***

*Maria das Dores Saraiva de Loreto****

Resumo

O fenômeno religioso no campo brasileiro é marcado por contradições e elementos simbólicos que têm estruturado e moldando o modo de ver e estar no mundo. Trata-se de uma experiência pessoal que se materializa nas condições objetivas e normativas da vida humana. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como proposta dialogar sobre as repercussões do fenômeno religioso contemporâneo no agendamento e elaboração de políticas educacionais no Brasil, após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. O recorte temporal se fundamenta na insurgência de movimentos reacionários que influenciaram significativamente o desmonte de políticas sociais no contexto nacional, neste período. A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de compreender como o fenômeno religioso, em suas expressões contemporâneas, têm impactado diretamente a formulação e implementação das políticas educacionais no Brasil. Em um contexto marcado pelo avanço do neoconservadorismo, torna-se urgente analisar de que forma discursos religiosos têm moldado reformas e propostas para uma educação mais democrática, plural e inclusiva. Ao problematizar essas interseções, busca-se evidenciar que a religião não atua de forma marginal, mas ocupa lugar central nas disputas de poder e na definição de agendas políticas, especialmente no campo educacional, onde se travam embates fundamentais sobre direitos, valores e projetos de sociedade. Assim, o percurso metodológico adotado é de caráter qualitativo, utilizando-se da pesquisa descritiva, baseado em análise de produções acadêmicas e documentos oficiais, buscando estabelecer relações entre religião, neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil pós-impeachment. Por fim, o estudo considerou que novas pesquisas qualitativas em profundidade precisam considerar a variável religião como fator preponderante no agendamento político; além de considerar a multiplicidade das experiências religiosas numa perspectiva contra-hegemônica, lançando luz sobre as dinâmicas que estruturam as novas políticas educacionais.

Palavras-chave: Religião. Políticas Educacionais. Neoconservadorismo. Novo Ensino Médio.

Repercussions of the religious phenomenon on educational policies: initial dialogues

Abstract

The religious phenomenon in the Brazilian context is marked by contradictions and symbolic elements that have structured and shaped ways of seeing and being in the world. It is a personal experience that materializes in the objective and normative conditions of human life. From this perspective, the present article aims to discuss

the repercussions of the contemporary religious phenomenon on the agenda-setting and development of educational policies in Brazil after the impeachment of former president Dilma Rousseff. The chosen timeframe is grounded in the rise of reactionary movements that significantly influenced the dismantling of social policies in the national context during this period. The choice of this theme is justified by the need to understand how religion, in its contemporary expressions, has directly impacted the formulation and implementation of educational policies in Brazil. In a context marked by the advance of neoconservatism, it becomes urgent to analyze how religious discourses have shaped reforms and proposals for a more democratic, plural, and inclusive education. By problematizing these intersections, the article seeks to highlight that religion does not act on the margins, but rather occupies a central place in power disputes and in the definition of political agendas, especially in the educational field, where fundamental struggles are waged over rights, values, and societal projects. The methodological approach adopted is qualitative, employing descriptive research based on the analysis of academic works and official documents, seeking to establish connections between religion, neoconservatism, and educational policies in post-impeachment Brazil. Finally, the study concludes that further in-depth qualitative research must consider religion as a key variable in political agenda-setting; in addition to considering the multiplicity of religious experiences from a counter-hegemonic perspective, shedding light on the dynamics that structure new educational policies.

Keywords: Religion. Educational Policies. Neoconservatism. New High School.

* *Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa.*
E-mail: douglas.bortone@ufv.br

** *Doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa.*
E-mail: juliana.iennaco@ufv.br

*** *Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa.* E-mail: mdora@ufv.br

O sagrado é apreendido como algo que salta para fora das rotinas normais do dia a dia, como algo extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas (Berger, 2018, p.46).

É inegável a presença da religião no mundo contemporâneo. Independente de qual seja o território em que ela se desenvolve, a experiência religiosa se constitui em experiências pessoais e coletivas. A todo instante, ela oferece elementos simbólicos que vão estruturando os modos de vida, com interpretações dos dilemas sociais, e de forma incisiva,

influenciando a elaboração de políticas públicas no contexto brasileiro. Nos últimos anos, o fenômeno religioso foi decisivo para a insurgência da extrema direita no cenário político brasileiro, assim como para sua influência no processo de agendamento e elaboração de políticas públicas reacionárias e regressivas.

A inserção dos evangélicos, por exemplo, na política brasileira se consolidou com o surgimento da bancada evangélica - conceito empregado para designar parlamentares eleitos que professavam a mesma fé (Lopes, 2017). Nos últimos anos, a atuação política da bancada se tornou mais visível e enfática na defesa das pautas morais em conjunto com movimentos conservadores. O Movimento Brasil Livre (MBL) e os ruralistas somaram esforços com a bancada evangélica para atender seus próprios interesses e uma agenda liberal.

Diante desse cenário, a questão que norteia este estudo é: de que maneira o fenômeno religioso, em diálogo com o avanço do neoconservadorismo, influenciou o agendamento e a formulação das políticas educacionais brasileiras após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff? Para responder a essa indagação, é que se adotou uma abordagem metodológica de caráter qualitativo, sustentada por pesquisa descritiva. Como procedimento que permitiu identificar os discursos, atores e práticas que configuraram a elaboração de políticas regressivas no período em questão, evidenciando como valores religiosos conservadores foram incorporados ao debate público e traduzidos em medidas concretas no campo educacional.

Portanto, como ponto de partida para desta análise, compreende-se o fenômeno religioso em duas dimensões. A primeira dimensão, trata-se do relacionamento do ser humano com o transcendente; isto é, a experiência pessoal da fé e da conversão. Nada mais é do que a experiência individual que é celebrada na particularidade de cada ser humano. A segunda, trata-se da dimensão objetiva, que materializa valores e convicções pessoais em regras de convívio social. Esta, extrapola as dimensões subjetivas da experiência religiosa revelando-se na dicotomia profano/sagrado; pecado/santidade.

Berger (2018) destaca três momentos para o entendimento da sociedade, que também podem ajudar nesta aproximação. O sociólogo austro-americano aponta: “o processo dialético fundamental da sociedade consiste em três momentos, ou passos. São a exteriorização, a objetivação e a interiorização” (Berger, 2018, p.18).

É a partir da dimensão objetiva do fenômeno religioso que “o neoconservadorismo emerge, no Brasil, como reação a transformações socioculturais que o país tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero (Cunha, 2016, p.152). Quanto mais se avança nas conquistas sociais de garantia dos direitos da minoria, novos discursos religiosos vão se formando e emitindo julgamentos sobre o certo e o errado; sacralizando um modelo ideal desconectado da realidade.

Tal avanço e inserção dos evangélicos na política é entendido, também, como “cumprimento de um propósito” em sua dimensão vocacional, de transformar a nação em direção aos princípios cristãos. A concepção de um mundo depravado e que necessita de libertação espiritual, deposita na família tradicional a responsabilidade no qual mulheres devem ser submissas e o homem como sacerdote, dentro da velha e antiga história, de que a família é a instituição pela qual os problemas sociais seriam solucionados. A base da bancada valida estes discursos eleitoreiros e os projeta no exercício do mandato legislativo.

Machado (2023) em sua análise sobre os atravessamentos do fenômeno religioso nas políticas públicas apontou que, “essa expansão da teologia do domínio se dá concomitantemente, ou melhor, se expressa no que alguns autores chamam de politização dos pentecostais (Machado, 2023, p.59). Nessa concepção, toda natureza humana necessita se encaixar num perfil ideal para se alcançar a salvação pela fé.

Assim, o presente artigo buscou, ainda que em tom ensaístico, apresentar um diálogo sobre o neoconservadorismo em grupos evangélicos e suas repercussões nas políticas educacionais no Brasil após o impeachment

da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, no ano de 2016. Nota-se que após a destituição do poder de Dilma, o neoliberalismo avançou rapidamente como base das políticas públicas que foram elaboradas neste espaço de tempo. Com a posse presidencial de Michel Temer, grupos políticos de caráter conservador se aproximaram com vistas à implantação de medidas classistas e autoritárias, como, por exemplo, o programa Uma Ponte Para o Futuro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Duarte *et al* (2020, p.3) destaca que:

Esse programa, em síntese, propunha a austeridade fiscal; o orçamento impositivo; a revisão das vinculações constitucionais, como as existentes na saúde e na educação; as privatizações; a retração do investimento público em programas sociais; as reformas trabalhista e previdenciária; [...] Ou seja, um programa ultraliberal lançado, segundo seus(as) formuladores(as), em nome do equilíbrio das contas públicas e da retomada do crescimento econômico e para fomentar uma maior competitividade do país ante a economia global. (Duarte *et al.*, 2020, p.3)

A tomada de poder, da esquerda pela direita, resultou na inserção de políticas e medidas regressivas significativas, bem como no enfraquecimento dos programas sociais que atendiam um grande contingente da população brasileira. Dentre as diversas políticas, medidas provisórias e projetos elencados no período de sete anos, destaca-se a reforma curricular em andamento no país por meio da proposta de reestruturação do Ensino Médio. Essa proposta integra o bojo das políticas reacionárias e implica diretamente no enfraquecimento dos direitos sociais das juventudes, como novas barreiras para ingresso na universidade pública e a naturalização do trabalho precário com o nome de empreendedorismo.

Para melhor compreender essas medidas regressivas, é preciso destacar que a situação não é tão linear - afinal, o governo Dilma, embora eleito com um programa identificado à esquerda, tinha como vice Michel Temer (PMDB), um partido de centro, historicamente mais próximo de alianças conservadoras. A questão é que Dilma foi eleita pela coligação encabeçada pelo PT - Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras, reconhecidamente de esquerda. Isso se deu para garantir governabilidade no

sistema presidencialista de coalizão, o que a levou a compor com partidos de centro e de direita, como é o caso do PMDB, o que explica a presença de Temer como vice - fruto de uma aliança pragmática.

Embora o discurso fosse de esquerda, muitas medidas, principalmente no segundo mandato, caminharam para políticas de ajuste fiscal e concessões ao mercado, tensionando sua base progressista. Essa ambiguidade abriu espaço para o fortalecimento de setores conservadores dentro do Congresso. Consequentemente, o impeachment de Dilma Rousseff representou não apenas uma ruptura política, mas também a vitória de uma coalizão conservadora que já se encontrava parcialmente integrada ao governo, em virtude das alianças necessárias à lógica do presidencialismo de coalizão. Isso levou à ascensão de Michel Temer à Presidência e consolidou a inflexão à direita, traduzida na implementação de políticas regressivas significativas.

Assim, entende-se que a justificativa pela abordagem apresentada no artigo insere-se em uma pesquisa maior. Em recorte, se objetiva examinar as repercussões da implementação da política educacional que reorganiza a dinâmica curricular do Ensino Médio nas escolas públicas situadas no estado de Minas Gerais, pós-golpe. O que se busca é compreender e caracterizar o contexto do agendamento da nova política educacional em vigor no país.

Para o alcance do objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, descrevendo o fenômeno religioso e as variáveis educação e políticas educacionais. Na coleta de dados, foram privilegiados artigos oriundos de pesquisas realizadas no período de 2016 a 2022, bem como demais referenciais teóricos sobre os estudos do neoconservadorismo, processos educacionais e experiência religiosa. Nessa perspectiva, o artigo foi sistematizado em três momentos. Em um primeiro momento, conceitua-se o neoconservadorismo e suas facetas; em segundo lugar, a relação entre neoconservadorismo e as políticas educacionais e; em último momento, as relações da religião com a política do Novo Ensino Médio (NEM).

1. As facetas do neoconservadorismo

A insurgência do neoconservadorismo no Brasil não pode ser compreendida distante de um contexto mundial, que semelhantemente, experimentou também a implementação de políticas regressivas e autoritárias nos últimos anos. Na perspectiva de Barroco, “a extrema-direita mundial está unida em torno de algumas premissas: o nacionalismo e o patriotismo; o resgate de tradições; o anticomunismo e o antisemitismo; o racismo e a xenofobia contra imigrantes e minorias” (Barroco, 2022, p.14). Pode-se dizer que, o neoconservadorismo carrega consigo traços semelhantes e se apropria de fatores específicos de cada geografia conforme explicam Rodrigues e Falcão (2021, p.59): “Mesmo sendo um fenômeno de contornos globais, é possível perceber que as densidades políticas de cada cenário determinam como esses arranjos vão se manifestar e se tornar conhecidos”.

A onda neoconservadora tomou conta do agendamento das políticas sociais nos últimos anos, provocando um desmonte das estruturas que garantiam a validação dos direitos humanos. Os anos de 2015 e 2016 evidenciaram a insatisfação das juventudes em relação a medidas antidemocráticas direcionadas, principalmente, à educação. A mobilização estudantil conhecida popularmente como “ocupações estudantis” trouxe à tona o processo de desfragmentação do direito à educação em várias unidades federativas. De modo geral, o ciclo de protestos que teve início em 2015, se tornou modelo para todo o país, reunindo jovens estudantes em prol da educação e democracia (Groppo, 2018; Bortone; Groppo, 2022).

As ocupações estudantis podem exemplificar o quanto o neoconservadorismo e neoliberalismo alcançaram diversos setores da sociedade. O movimento se tornou uma denúncia do esvaziamento da responsabilidade estatal frente às expressões da questão social, no qual as medidas governamentais se alinhavam com os interesses do capital. O fechamento de turmas na educação básica, a falta de merenda escolar, diversas formas de precarização escolar e o interesse visível de privatização da educação brasileira foram visibilizados.

Posteriormente, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018), intensificou-se o avanço de medidas neoconservadoras alinhadas com o discurso de proteção da família e o cuidado com crianças e adolescentes. É a partir da centralidade na família tradicional, que as políticas sociais vão sendo remodeladas a um padrão reacionário, excluindo a diversidade e as múltiplas formas de se construir famílias. O não-reconhecimento das diversas dinâmicas familiares existentes na contemporaneidade, em detrimento da supervalorização do modelo patriarcal traz consigo um peso desumano da segregação e da invisibilidade de milhares de pessoas que (re)existem o tempo todo por condições de vida (Arroyo, 2023). Na perspectiva de Teixeira e Henriques, o cenário político brasileiro se desenhou da seguinte forma:

A atuação pró-família como núcleo da sociedade segue ganhando adeptos dentro e fora do congresso; as reações contra a agenda LGBTQIA+T e as discussões sobre a descriminalização do aborto tornam-se cada vez mais agressivas; a atuação parlamentar pelo rigor criminal (a intensificação de clamores pela diminuição da maioridade penal, em maior grau, e pela instituição da pena de morte, em menor) e as demandas por privatização e diminuição do Estado encontram defensores em bancadas organizadas, como a chamada Bancada BBB – Boi, Bala e Bíblia em referências aos interesses daqueles que a compõem, o agronegócio, o armamento civil e a bancada evangélica. (Teixeira; Henriques, 2022, p.10)

Ademais, Barroco (2022) foi objetiva e pontual ao destacar análises sobre as dimensões do neoconservadorismo e neofascismo evidente no governo Bolsonaro. A gestão presidencial (2019-2022) feriu abruptamente os direitos sociais. O olhar solidário a quem mais precisa foi trocado pela lógica mercantilista, que culpabiliza o ser humano pelo seu estado de vida atual e responsabiliza o “eu”. O empreendedorismo tão disseminado nas políticas neoliberais traduz a perversidade de quem tem o poder nas mãos.

2. Religião, neoconservadorismo e ressonâncias nas políticas educacionais

A educação brasileira carrega consigo inúmeras repercussões em sua estrutura e modos de organização. Desde os Jesuítas até a presença do protestantismo de missão, as dinâmicas religiosas sempre estiveram por trás

dos modelos educacionais, sejam eles tecnicistas, conservadores ou não. Isto porque, embora se perceba o avanço de uma extrema direita entrelaçada com o fenômeno religioso no Brasil, não se pode generalizar a experiência religiosa ou tampouco homogeneizá-la. O campo religioso está em constante transformação e as experiências das pesquisas em Ciências da Religião, nos últimos anos, demarcaram um crescimento de novas expressões e configurações religiosas que fugiram dos traços tradicionais e conservadores da religião. Mariano (2016) destacou esse fenômeno como “fim do monopólio religioso”, que também na perspectiva de Hervieu-Lérger (2008) é tido como a crise das instituições religiosas na modernidade.

O fim do monopólio religioso propiciou, ainda, a destradicionalização das crenças e organizações religiosas e a liberdade religiosa. Isso permitiu legitimar o trânsito e o pluralismo religiosos e liberar a concorrência interreligiosa (Mariano, 2016, p.712).

Contudo, mesmo diante do surgimento de novas expressões e coletivos cristãos - tidos como progressistas, em prol da democracia, - o poder midiático, econômico e político permaneceu na mão dos coronéis da fé, por meio do discurso em defesa das crianças e dos adolescentes de família tradicional. Líderes evangélicos populistas, como Silas Malafaia, investem-se de uma narrativa, a fim de granjear o segmento de protestantes às pautas morais, demonizando a liberdade de gênero e atribuindo à esquerda a culpa pela dissolução das famílias tradicionais (Storto; Zanardi, 2019).

Em linhas gerais, a mobilização em torno das pautas morais alcançou significativamente a massa cristã, principalmente evangélica no país, como reação a aparente quebra de valores e aos padrões de vida normalizados pelo cristianismo. É notório, como destacado por Baechler (1995), que o fenômeno religioso afeta, em graus diferenciados, o domínio da vida social.

As religiões [...] propõem regras de vida sob a forma de obrigações e de proibições [...]. Algumas são pontuais ou referem-se às consequências diretas de uma determinada prescrição religiosa relativa a um determinado aspecto de uma dada sociedade. Se por exemplo, o judaísmo e o islã proíbem o consumo de carne de porco, daí resulta que o porco está ausente das comunidades judaicas e muçulmanas. A partir do momento que o vinho é indispensável à

celebração da missa, em virtude do dogma central do cristianismo, a vinha é cultivada nos países cristãos. [...] podemos demonstrar, com base em documentos, que não há um único domínio de vida social que não tenha sido afetado, mais ou menos decisivamente pela religião. (Baechler, 1995, p.495)

Nessa perspectiva, parte-se de uma leitura sobre as principais repercussões da religião na elaboração de políticas educacionais nos últimos dez anos (2013-2023). Nota-se que a “atuação dos evangélicos no cenário político resultou em propostas que representam o interesse desse grupo social e diversos setores da sociedade” (Reis; Pinheiro, 2020).

O discurso em prol do cuidado de crianças, adolescentes e famílias gerou ressonâncias significativas no campo da educação. A defesa por uma educação neutra e desvinculada de um viés marxista ocupou o discurso da bancada evangélica e até os púlpitos. Ademais, o *modus operandi* esteve carregado de marcadores conservadores e neoliberais, extremamente influenciados pela religião, que acampou a luta contra a ideologia de gênero e outras políticas regressivas. (Mottin, 2020).

Assim, a educação pode ser considerada um campo de disputa na tríade religião, conservadorismo e política. Desde a inserção do componente curricular de Ensino Religioso nas escolas de educação básica, inúmeras questões têm sido problematizadas por pesquisadores do campo da educação e ciências da religião. Sobre o Ensino Religioso, Botelho (2019) destaca que a implementação de um componente curricular - que não está desvinculado de um viés político - tem historicamente resultado em processos de exclusão das experiências religiosas de matrizes africanas. O fortalecimento do racismo religioso é um agendamento político presente em contexto de exceção de direitos. É preciso perceber, como destaca Botelho (2019), o quanto o neoconservadorismo privilegia somente o cristianismo, como padrão de família monogâmica e bem sucedida.

O fenômeno do racismo religioso é um dos mais importantes nichos de violência que podemos observar em nosso cotidiano. E também um dos mais difíceis de combater, na medida em que este tipo de violência se funda na recusa da diferença e, muitas vezes, em uma

posição salvacionista da parte de quem comete intolerância ou discriminações. (Botelho, 2019, p.116)

Com relação a esta questão, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, política pública que rege a educação, no Brasil, desde 2017 – destaca que o ensino deve contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender o fenômeno religioso sob diferentes perspectivas. No entanto, segundo Batista (2022), o que se observa, na prática, está distante da promoção do reconhecimento da diversidade como valor cultural e social dentro das escolas. Ou seja, embora a BNCC proponha uma educação que valorize o pluralismo religioso e cultural, ainda não há evidências consistentes de ações que evitem práticas proselitistas e que incentivem a reflexão sobre as variadas formas de expressão religiosa no país.

Em vista disso, tem-se que as crenças religiosas influenciam decisões e orientações do sistema educacional, revelando possíveis barreiras à autonomia pedagógica, à reflexão crítica e ao respeito à diversidade religiosa e social - elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse sentido, analisar essa intersecção permite compreender os desafios e as oportunidades de uma educação verdadeiramente pluralista, capaz de dialogar de forma aberta com diferentes expressões religiosas e ideológicas presentes na sociedade brasileira, contribuindo para uma formação democrática, inclusiva e plural.

A batalha em defesa da família também não é vista isoladamente das discussões de gênero. Vinte anos após os primeiros estudos que problematizam os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, surgem os movimentos evangélicos conservadores no combate ao que se conhece hoje como “ideologia de gênero”. O próprio termo é designado pela Igreja Católica e, posteriormente, abraçado pelo protestantismo conservador, como uma forma de negar a construção social em torno do gênero, reforçando o determinismo biológico (Junqueira, 2017). Quando Jair Messias Bolsonaro chega à presidência da república (2019), o Ministério da Educação é liderado com uma cosmovisão cristã, impedindo o reconhecimento da diversidade em

detrimento a uma “educação baseada por princípios”; numa cosmovisão cristã. É nessa narrativa que a luta contra as discussões de gênero são ampliadas (Mendonça, 2019).

Na perspectiva evangélica, os gêneros são tidos como a criação de Deus à humanidade; um dado imutável. A negação do gênero ou de papéis religiosos atribuídos aos homens e às mulheres é encarado como um pecado. Na visão de Teixeira e Henriques, compreende-se que:

A ofensiva contra os debates sobre gênero e diversidade sexual da escola se articula à pauta do MESP¹, reforçando uma visão que defende a primazia da família sobre a escola na decisão do que deve ser ensinado. Dessa maneira, projetos de lei de Escola sem Partido que, a partir de 2014, se multiplicaram por diferentes cidades, estados e no congresso nacional, destacam que a escola só deverá ensinar os valores com os quais a família esteja de acordo, sobretudo no que diz respeito à sexualidade e crenças religiosas (Teixeira; Henriques, 2022, p.12).

Portanto, a leitura que se faz é de que a inserção da religião nas políticas educacionais se fortalece em cima da luta evangélica conservadora contra as discussões de gênero. Dentre as várias ressonâncias do conservadorismo religioso na política, é possível citar: o veto do Projeto Escola Sem Homofobia (antes mesmo da eleição de Jair Messias Bolsonaro); o Movimento Escola Sem Partido; o *homeschooling*; a implementação de escolas cívico-militares; entre outras. Os projetos que visam o fortalecimento de uma educação laica e democrática estiveram fortemente subjugados à cosmovisão evangélica conservadora. Romancini (2018) menciona a “criação de pânico morais” em contraposição à políticas que garantam o estado de bem-estar social.

Ainda, essas narrativas e influências nas políticas destinadas à educação acompanham o crescimento do segmento evangélico no país. Nesse viés, a experiência religiosa se torna objetiva quando possibilita reagir e influenciar políticas públicas (Romancini, 2018). Embora não seja o foco deste artigo aprofundar a trajetória de cada política mencionada, é importante

destacar que os vetos e as oposições refletem à agenda neoliberal pró-estado mínimo, de homogeneização e naturalização de condições precárias de existência humana.

Nesse sentido, a compreensão dos conceitos tanto de laicidade, quanto de secularização tornam-se fundamentais para analisar a presença da religião nas políticas educacionais. Conforme destaca Berger (2018), a secularização não implica o desaparecimento da religião, mas a perda de sua regulação absoluta sobre os indivíduos e a emergência de uma pluralidade de crenças no espaço público. A laicidade, por sua vez, deveria assegurar a neutralidade do Estado frente a essa diversidade; entretanto, no contexto brasileiro, observa-se que valores religiosos, sobretudo de matriz conservadora, têm ocupado lugar central no debate público, atravessando diretamente a formulação de políticas educacionais. É a partir dessa contradição - entre o princípio constitucional da laicidade e a forte presença de discursos religiosos no espaço público - que se torna possível compreender como reformas recentes, como a do Novo Ensino Médio, foram influenciadas por perspectivas neoconservadoras e neoliberais.

2.1 E o Novo Ensino Médio?

Não diferente da influência da religião nas políticas educacionais regressivas mencionadas no tópico anterior, a atual reforma do Ensino Médio, em curso no Brasil, traz consigo estreitas relações com o neoliberalismo e o conservadorismo moral, inserindo-se no pacote das políticas regressivas em trânsito no país. A aprovação da Lei 13.415 - que trata da reforma do Ensino Médio - sancionada na gestão de Michel Temer (2017), se aprofundou e foi implantada nas escolas públicas, a partir de 2022, durante a presidência de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). A noção de que o Ensino Médio é para a vida e para o futuro, não é tão nova assim (Kuenzer, 2000) e esteve historicamente atrelada a perspectivas de trabalho, emprego e suposto

desenvolvimento econômico. Em 2017, logo após a aprovação da reforma curricular, surge também a reforma trabalhista capitaneada, principalmente, pela bancada evangélica. Assim, atenta-se para o seguinte fato:

Cabe destacar que esta ala apoiou abertamente o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff e durante as votações para a Reforma Trabalhista de 2017, 165 dos 198 deputados da bancada evangélica da época compareceram e, desses, 103 votaram a favor da reforma. Isso representou 60% de apoio em uma reforma que prejudicou os direitos trabalhistas, favorecendo a precarização do trabalho e contribuindo para o aumento do desemprego (Santos; Silva, 2023, p.6)

Portanto, nota-se que o discurso voltado para o ensino tecnicista e para o mercado de trabalho foram “comuns” nas políticas educacionais direcionadas a este ciclo da educação básica e no contexto de pós-impeachment, em consonância com a reforma trabalhista de 2017. A flexibilização da carga horária e das condições de trabalho docente, bem como a formação para o trabalho precário encontram espaço para sua efetivação nas alterações da lei trabalhista.

A inserção dos Itinerários Formativos no lugar das disciplinas convencionais ampliou a incorporação do notório saber na dinâmica escolar. A flexibilização curricular teve repercussão direta na valorização do magistério; sem condições mínimas de formação e quadro pessoal para lecionar a multiplicidade de novos conteúdos, que vão de “Brigadeiros Gourmet” até “Mundo Pet” (Cássio, 2023). Resulta-se, portanto, em condições subalternas de trabalho docente, a partir de contratos temporários. Krein e Colombi (2019) explicam que “o próprio contrato intermitente potencializa a contratação de professores para cursos de curta duração, da mesma forma que a liberalização da terceirização passa a permitir essa modalidade de contratação nas instituições de ensino” (Krein; Colombi, 2019, p.7-8)

Para Barroco, a precarização do trabalho e das dinâmicas de vida podem ser consideradas como tradução do neoconservadorismo. Assim, a autora defende que

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista (Barroco, 2011, p. 212)

Nesse sentido, não só no olhar da desvalorização docente, mas também através do impacto da atual reforma do Ensino Médio, condições muito mais precárias puderam reverberar em relação às que experimentamos hoje. Se na atualidade, a inserção das juventudes no mercado de trabalho já revela disparidades da condição juvenil que são cotidianamente invisibilizadas, em Carrochano (2014), pode-se compreender que o espaço entre a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no mercado de trabalho formal é permeado de expectativas impostas sobre as juventudes. Os jovens se encontram entre o ingresso no ensino superior ou a entrada no mercado de trabalho - em grande parte, marcado pela informalidade.

Essas dimensões transparecem de forma latente na nova dinâmica curricular. Em Minas Gerais, o Currículo Referencial para a Educação justifica a entrada no mercado de trabalho informal como, simplesmente, fruto das transformações sociais. Obviamente tais transformações impactam as dinâmicas de trabalho, mas a questão é: como o estado pode atuar em prol da seguridade social?

Em 2022, o currículo previa duas aulas destinadas a essa questão, didaticamente distribuídas em 4 bimestres, objetivando gerar nos estudantes habilidades necessárias ao mercado de trabalho.

De um lado, a disciplina “Projeto de Vida” orientado pelas aptidões ao trabalho e de outro, o itinerário formativo “Introdução ao Mundo do Trabalho” com o foco no empreendedorismo juvenil. (MINAS GERAIS, 2022). Em síntese, pode-se destacar as habilidades a serem desenvolvida pelos estudantes no componente curricular: (i) identificar necessidades locais e regionais; (ii) verificar viabilidade de realização de sonhos a partir do empreendedorismo atendendo demandas do mercado; (iii) identificar novas formas de ação empreendedora para responder às demandas da atualidade.

Na perspectiva de Teixeira e Henriques (2022), tanto a reorganização da BNCC quanto do Ensino Médio, refletem ideais presentes na teologia pentecostal protestante. A noção de que essa fase de escolarização deve preparar o jovem especificamente para o mercado de trabalho é extremamente frágil, pois o Novo Ensino Médio (NEM) nem prepara e nem forma as juventudes para problematizar a realidade social que os cercam. Muito pelo contrário, naturaliza as desigualdades e impõem sobre o jovem a responsabilidade de alcançar o sucesso na vida. Para Teixeira e Henriques (2022) essa dimensão “encontra eco” nas teologias pentecostais, cuja ênfase e prática residem na meritocracia, no individualismo e na barganha; ou seja, ocupa um espaço indevido e fantasioso.

Ademais, teologias que emergem do meio neopentecostal brasileiro têm sua gênese na reestruturação do poder de classe. São Teologias brancas, de mercado e colonizadoras, que por sua vez, difundem valores que reforçam o poder e domínio de classe. E é justamente neste ponto, que o projeto conservador de privatização das instituições educacionais se assenta. Neste viés, “a privatização na educação é, portanto, uma forma de disputar e controlar seu conteúdo, em uma perspectiva de restauração do poder de classe” (Peronil *et al.*, 2021, p.4)

É preciso um olhar atento ao agendamento político e à financeirização por trás da política educacional e da elaboração de seus currículos. A intenção do empresariado evidencia-se na flexibilização do currículo e na inserção de novos componentes curriculares em detrimento aos considerados tradicionais - filosofia e sociologia (Feldemann de Quadros; Krawczyk, 2019). Além disso, no processo de formulação da política, a culpabilização do empresariado brasileiro sobre o baixo desempenho dos estudantes no PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes) recaiu sobre o magistério e o modelo que vigorava no Ensino Médio, como reportado por Teixeira e Henriques (2022):

A ênfase na educação como um insumo é uma visão da qual lideranças políticas religiosas, em especial evangélicos pentecostais, têm se aproximado de forma mais explícita recentemente. No Manifesto à Nação, há múltiplas referências ao valor do mérito, que seria elemento chave para a superação da doutrinação comunista empreendida na educação pública ao longo dos três últimos decênios, bem como catalisador da inovação tecnológica necessária para que o Brasil deixe de ser apenas um exportador de commodities. Além disso, defende-se a efficientização dos recursos alocados na educação básica e superior, afirmando-se que o custo dos alunos de universidades públicas é excessivamente alto e que seu retorno para a sociedade é pequeno (Teixeira; Henriques, 2022, p.15).

No contexto da reforma do Ensino Médio, é importante lembrar que o financiamento da BNCC se tornou expressão do desejo capitalista em formatar o sistema educacional às necessidades intermináveis do mercado. Registra-se que o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exercem papel de influência na formulação da agenda, que, na perspectiva dos Costa e Silva (2019, p.7), “o governo brasileiro reorganiza sua nova agenda educacional voltada para atender a uma lógica de mercado, ressuscitando a figura do professor com notório saber e retirando e/ou flexibilizando disciplinas estratégicas” Ainda, Kossak; Vieira (2022) afirmam que:

É interessante pensarmos que o empresariado atuante no território brasileiro não age de forma independente, mas sim nas conformidades dos aparelhos privados de hegemonia de atuação internacional que operacionalizam suas ações sob a veste de um Estado Supranacional, agindo principalmente na legitimação superestrutural de sua atuação, por meio de suas influências no campo legislativo dos países membros (Kossak, Vieira, 2022, p.4)

Como consequência de um projeto educacional baseado no neoliberalismo, Costa e Silva (2019) destacam a insurgência do exercício docente sem ou com formação precarizada, denominado como notório saber. A atuação docente nesta condição, é compreendida pelos autores como uma afronta aos investimentos realizados em contexto nacional, de formação de professores nas instituições de ensino superior. Os autores afirmam que a formação adequada é fundamental para que se garanta escola e educação de qualidade aos seus atores.

Outrossim, a perspectiva adotada para definição de Projeto de Vida abarca um viés estritamente liberal e conservador; que inibe as subjetividades juvenis e desconsidera a necessidade de políticas sociais na viabilização de sonhos e perspectivas de futuro das juventudes. No caso de Minas Gerais, o Projeto de Vida é orientado pelas perspectivas de trabalho, no qual, os estudantes buscam em suas escolhas delinear uma perspectiva profissional do futuro (Bortone, *et al.*, 2024). De acordo com a nova proposta curricular, a disciplina é obrigatória nas três séries do ensino médio e pode ser ministrada por bacharéis e licenciados em qualquer área do conhecimento (MINAS GERAIS, 2022). A ementa da disciplina propõe, de forma meritocrática, o planejamento de metas e esforços pessoais que devem ser empreendidos pelos estudantes para alcançarem suas perspectivas futuras, como por exemplo: “aprenda a se conhecer”, “aprenda a conviver”, “aprenda a fazer” (MINAS GERAIS, 2023).

Pensar a vida não é somente pensar no trabalho; o trabalho é apenas uma das dimensões que integram a elaboração de projetos de vida e não estão desconectadas com saúde, família, consciência ecológica, religião e outros diversos elementos que atravessam as juventudes. Também não é possível projetar a vida se lhes faltam condições básicas de vida (Arroyo, 2023).

3. Interfaces entre política e religião

Há muito tempo atrás ouvia-se dizer que “política e religião não se discute!”. A afirmação naturalizou-se entre as pessoas, eximindo-as da responsabilidade ética de dialogar sobre pontos cruciais das condições de bem viver da humanidade; e de tantos outros temas, que pela neutralidade de uns, nos relegaram às margens das políticas sociais. Religião e política se discutem, sim! Aliás, assim fazê-lo é adotar uma postura ética, comprometida com a emancipação de todas as pessoas. Na perspectiva Freiriana, resiste-se e reafirma-se, no sentido de que:

não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. [...]. Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo? (Freire, 2011, p.75)

Não é segredo para ninguém que o Brasil ainda vive ressonâncias de uma espiritualidade fundamentalista, principalmente no campo da educação. Falar sobre política, ainda que se esvaziando do seu viés partidarista, se tornou um campo minado. De um lado, um grupo evangélico que defende a laicidade do estado e de outro, articulações de populistas e movimentos autoritários emergem como grupo de interesses no agendamento da política pública inserindo valores e temas morais (Santos; Pereira, 2024). Assim, podemos considerar que no campo da educação a relação da política com a religião se manifestam na convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo:

No campo da educação, a convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo intensifica o controle do trabalho docente e promove uma concepção de qualidade de educação restrita e mercadológica. A escola organizada sob o viés empresarial, conduzida como base na eficiência, eficácia, produtividade e desempenho, desconsidera seu papel social e mitiga elementos associados a promoção de justiça social ou formação crítica emancipatória (Santos; Pereira, 2024, p.828)

Se por um lado o efeito da religião teve ressonâncias significativas na elaboração das políticas educacionais, paralelamente, de forma silenciosa e sem defesa, cerceou a capacidade criativa e a voz de milhares de professores em detrimento ao discurso de doutrinação nas escolas. Extinguiu-se, portanto, a capacidade de reflexão e ação, inerentes à vida humana.

Não há evidências claras que a política do Novo Ensino Médio tenha sido edificada sobre vieses religiosos. Também não era este o objetivo da reflexão aqui proposta. O alvo foi mostrar o quanto as políticas educacionais são influenciadas pela cosmovisão de seus agentes políticos; que parecem

governar para seu próprio nicho e se esquecem do caráter democrático, inclusivo e plural que forma a nossa sociedade. Setton (2016), ao realizar um estado da arte sobre a presença da religião na educação, considerou que a religião tem se reinventado em função da mobilidade religiosa adquirida nos últimos tempos. A perda da regulação da religião sobre os indivíduos, não necessariamente, significa seu desaparecimento. Nas palavras de Setton (2016, p.431), “essas mesmas instituições buscam esquadriñar visibilidade midiática e legitimidade ao adaptar-se às demandas existenciais da modernidade, bem como procuram defender seus interesses nas instâncias políticas democráticas”. O que confirma-se, assim, na afirmação do antropólogo Jack David Eller (2018), de que a religião viceja, não desaparece.

Contudo, reafirma-se o que fora dito anteriormente: não se pode generalizar as experiências religiosas e nem reduzir sua dimensão social. É preciso compreendê-la como um empreendimento humano, no qual ao mesmo tempo que influencia a sociedade, é também influenciada por ela (Berger, 2018). Mais do que isso, é preciso dialogar com o fenômeno religioso. Não significa adesão, mas o reconhecimento de novos construtos, sentidos e motivações que emergem dessa prática social. A experiência religiosa é inerente ao ser humano e experimenta-se em um contexto, que ela já transcende sua dimensão privada. O fenômeno religioso se tornou algo público. Para Gebara (2020, p.4), “hoje, novas intervenções sociais, políticas e culturais afetam o cristianismo e suas múltiplas expressões”.

Considerações finais

Finaliza-se essa reflexão apontando a necessidade de considerar a variável religião nas pesquisas qualitativas em profundidade, como chave hermenêutica menos superficial da leitura da realidade subjetiva do ser humano. A literatura indicou que o fenômeno religioso é pouco explorado na perspectiva de uma instituição e prática social, enraizado na cultura brasileira. Ela não deve ser compreendida misticamente, mas sobretudo, analisando valores e comportamentos exteriorizados, atentando-se para o fato de que religião não se restringe ao cristianismo.

A análise das intersecções entre o fenômeno religioso e as políticas educacionais revela um panorama complexo e multifacetado, em que as influências da teologia pentecostal e das ideologias políticas se entrelaçam, moldando a experiência educacional dos jovens. A crítica ao Novo Ensino Médio, que se propõe a preparar os estudantes para o mercado de trabalho, sem considerar as desigualdades sociais e as realidades que os cercam, destaca a necessidade de uma educação que não apenas capacite, mas também promova a reflexão crítica e a inclusão.

É fundamental que as políticas educacionais sejam repensadas à luz de uma perspectiva democrática e plural, que reconheça a diversidade das experiências religiosas e sociais. Assim, o diálogo entre educação e religião deve ser contínuo, buscando não apenas a formação de profissionais, mas cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A pesquisa e a reflexão sobre esses temas são essenciais para que possamos avançar em direção a um sistema educacional que realmente atenda às necessidades e aspirações de todos os jovens.

*** Douglas Franco Bortone** é Professor do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC). Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciando em Ciências Sociais pela Centro Universitário ETEP e Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Contato: douglas.bortone@ufv.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9750788125318767>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0290-3601>

*** Juliana de Paula Iennaco** é doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Letras, pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Psicopedagoga Clínica e Institucional, pelo Grupo UNIS. Especialista em Metodologias Ativas, pelo Grupo Unis. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Informática e Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Especialista em Implementação, Gestão e Avaliação da Educação à Distância, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases (FAFIC). Professora Universitária na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade de Ubá-MG.

Contato: juliana.iennaco@ufv.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2065139753723063>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2848-0740>

*** Maria das Dores Saraiva de Loreto** é graduada em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas, bem como Mestrado e Doutorado em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, além de Pós-doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. Professora Titular na Universidade Federal de Viçosa em 1991. Atuou como Pesquisadora na Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA-ES) e como docente do Instituto Universitário de Tecnologia de los Llanos-Venezuela. É Pesquisadora Nível 2 do CNPq, com experiência nas áreas de Economia Familiar, Teoria Econômica, Família e Políticas Públicas. É Líder do Grupo de Pesquisa “Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social”, atuando nas seguintes áreas de pesquisa: Estudos e Avaliação de Políticas Públicas, Programas e Projetos Socioambientais; Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Família, Espaço e Sociedade; Famílias, Redes Sociais e Qualidade de Vida; Trabalho, Questão Social e Política Social; Relações de Gênero, Conflitos e Violência; Mulher, Crianças/Adolescentes e Idosos: Trajetórias, Projetos e Condições de Vida, Percepções.

Contato: mdora@ufv.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6833406073308098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>

Artigo recebido em: 14/09/2024

Aprovado em: 24/09/2025

Como citar este texto: BORTONE, Douglas Franco; IENNACO, Juliana de Paula; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Repercussões do fenômeno religioso nas políticas educacionais: diálogos iniciais. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 02, e1127648, 2025.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz; TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas. A educação entre a religião e a política: conservadorismo cristão e o homeschooling. **Transversos**, n. 17, p. 37-60, 2019.

ANTONIO, Ricardo. Os sentidos do trabalho - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.177-183.

ARROYO, Miguel G. Repensar o Ensino Médio: Por que? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Editora UFMG, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Vidas Re-Existentes**: Reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: Vozes, 2023.

BAECHLER, Jean. Religião. In. BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BARROCO, Maria. Lúcia. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**. 2022, n. 143, pp. 12-21.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 205–218, 2011.

BATISTA, Paulo César. Para um ensino religioso plural e inclusivo. **Numen**, v. 25, n. 1, 2022.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2018.

BORTONE, Douglas Franco. **Religiosidades e movimento estudantil**: relatos das ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

BORTONE, Douglas Franco; SANTOS, Mateus José dos; MELLO, Rita Márcia de Vaz. Reflexões sobre a disciplina Projeto de Vida no Estado de Minas Gerais: tensões, perspectivas e profissionalização docente. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 50, p. 196-207, 2024.

BOTELHO, Denise. Religiões afro-indígenas e o contexto de exceções de direitos. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do Ensino Médio, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e revoga as disposições da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 34, p. 1-3, 17 fev. 2017.

CORROCHANO, Maria Carla *et al.* Neoliberalismo, trabalho e pandemia: experiências e enfrentamentos de jovens das periferias. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e274390, 2023.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: Qual o lugar do trabalho? In: DAYRREL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240047, 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Revista Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, p. 147-166, 2016.

ELLER, Jack David. **Introdução à Antropologia da Religião**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

FELDEMANN DE QUADROS, S.; KRAWCZYK, N. O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado. **Políticas Educativas - PolEd**, v. 12, n. 2, 2019.

GEBARA, Ivone. Teologia da Libertação e as mulheres. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/sec.v23i.61023

GROPPO, Luis Antonio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luis Antonio. (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018.

HERVIEU-LÉRGER, Daniele. **O Peregrino e o Convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério D. Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: FURG, 2017.

MOTTIN, Karina Veiga. Relações entre política e religião na defesa de uma educação "neutra". **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 134-149, 2020.

KOSSAK, A.; VIEIRA, N. Atuação do empresariado no Novo Ensino Médio. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 2022.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0223441, 2019.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 32, p. 119–142, 2019.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Orientador: Oswaldo Munteal Filho. 2017. 149 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MENDONÇA, Amanda André de; MOURA, Fernanda Pereira de. “Ideologia de gênero” e escola sem partido: a agenda privatizante moralizadora para a educação brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 5, n. 2, p. 201–222, 2019.

MINAS GERAIS. **Caderno Pedagógico: Projeto de Vida. Novo Ensino Médio 2023**: Itinerário Formativo. Secretaria de Estado da Educação, Subsecretaria de Educação Básica, Superintendências de Políticas Pedagógicas, Diretoria de Ensino Médio.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE/MG nº 4.789**, de 11 de novembro de 2022.

PERONIL, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; VALIM, Paula de Lima. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 15, e82294, 2021.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; PINHEIRO, Yuri Lima. Religião, Política e Educação: Magno Malta e o Projeto de Lei Escola Sem Partido. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 1, p. 127-140, 2020.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018.

RUFINO CASTRO, Matheus; FELIPPE DE OLIVEIRA, Isabela. “Mudar para que tudo fique como está”: a reforma do ensino médio e o aprofundamento da dependência educacional no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 1, p. 309–330, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i1.48180.

SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas; PEREIRA, Rodrigo da Silva. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. **Retratos da Escola**, v. 18, n. 42, 2024.

STORTO, Luciano José; ZANARDI, Rosane Coitinho. Análise discursiva de governo coloca ideologia de gênero no ENEM do Pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e de ódio. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 19, n. 3, p. 383-400, 2019.